

Aprovado em

06.03.13

[Assinatura]

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2013 – MPV 601, DE 2012

Paulo FERREIRA, DEPUTADO

Requer a realização de audiências públicas para debater e instruir o relatório da Medida Provisória nº 601 de 2012 Altera as Leis nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, e para desonerar a folha de pagamentos dos setores da construção civil e varejista; nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, que reduz as alíquotas das contribuições de que tratam os incisos I e III do caput do art.22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias; nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, para permitir às pessoas jurídicas da rede de arrecadação de receitas federais deduzir o valor da remuneração dos serviços de arrecadação da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; e dá outras providências.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos regimentais a realização de audiências públicas com o objetivo de debater e instruir a Medida Provisória nº 601 de 2012 sob a perspectiva de uma avaliação do Plano Brasil Maior, instituído em 2011, e que se constitui na política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo da Presidente Dilma Rousseff.

Vale destacar que a MP nº 601 é parte integrante dessa política, juntamente com outras medidas provisórias já transformadas em lei ou ainda em tramitação, tais como as MPV's 540, 541, 544, 563, 564, 582. Desta forma, propomos duas audiências públicas com os seguintes convidados:

1ª audiência pública:

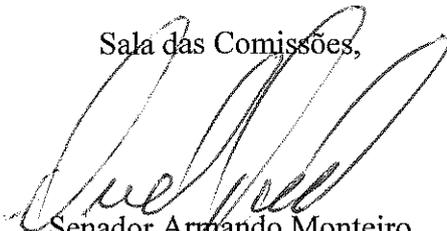
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;
- Representante do Ministério da Fazenda;
- Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);

2ª audiência pública:

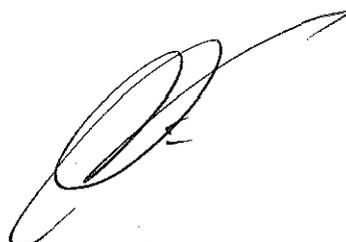
- Edmar Bacha, organizador do livro "O futuro da indústria no Brasil";
- Representante do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI);

- Representante da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM);
- Representante da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA).
- Representante do Instituto Aço Brasil (IABr).

Sala das Comissões,



Senador Armando Monteiro
Relator da Medida Provisória nº 601, de 2012.



MPV 601/2012

Sugestão de calendário para tramitação na Comissão Mista

20 de março: primeira audiência pública

26 de março: segunda audiência pública

17 de abril: apresentação do relatório (podendo ocorrer pedido de vista).

24 de abril: votação final na Comissão Mista, inclusive dos destaques.

Justificativa:

A CAE realizará ciclo de audiências públicas nos dias 11, 12, 20 e 21 de março voltadas para o debate do PRS 1/2013 (Unificação de alíquotas de ICMS em operações interestaduais).

Além disso, a CAE, a CCJ e a CDR realizam conjuntamente audiência pública no dia 13 de março para instrução dos diversos projetos de lei complementar que instituem novos critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de modo a viabilizar a votação desse tema no Plenário do Senado em 19 de março.

Por essas razões, sugere-se o intervalo entre a primeira e a segunda audiências públicas da Comissão Mista da MPV 601/2012.

Dada a importância dos temas de reforma do pacto federativo no Senado propõe-se esse cronograma, suficiente para uma análise acurada na Comissão Mista, restando ainda cerca de 40 dias para votação nos plenários da Câmara e do Senado. (prazo final da MP com prorrogação – 03 de junho, seg.-feira). Porém, como na semana anterior, há um feriado na quinta (30 de maio), há chance de esvaziamento na quarta (29 de maio).